

ATA

INSTÂNCIA DA REUNIÃO

13º CICLO DE REUNIÕES DOS COMITÊS TEMÁTICOS DO FÓRUM PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - FOPEME

| DATA | HORÁRIO | LOCAL |
|------------|---------------|---|
| 08/04/2026 | 09:30 – 17:00 | Sala de Situação - Palácio das Araucárias - 4º andar - Centro Cívico, |
| 09/04/2026 | 08:00 - 11:00 | Curitiba. |

REGISTROS DA REUNIÃO

ABERTURA

A reunião foi iniciada pela Diretora de novos mercados da SEIC e Secretária Técnica do Fórum, Anna Paula Müller, que deu as boas-vindas aos presentes e destacou a importância do encontro para atualização das ações já estabelecidas, avaliação do que foi entregue e inclusão de novas dinâmicas a serem apresentadas posteriormente.

Foi ressaltado que os ciclos de reuniões dos Comitês Temáticos são fundamentais para ouvir os participantes e contribuir na construção de políticas públicas voltadas aos micros e pequenos negócios. Também mencionou a ausência de maior participação do setor produtivo, reforçando a relevância de sua presença nesses espaços.

Na sequência, fez um agradecimento especial ao Sr. Alberto, superintendente da Fecomércio, que estava representando o vice-governador que não pode estar presente.

O Sr. Ercílio Santinoni destacou a satisfação em ver o retorno de participantes que anteriormente estavam mais distantes, especialmente aqueles que contribuem na área legislativa, reforçando a importância da relação entre o setor público e o setor privado.

Mencionou também, que o fórum já foi responsável pela elaboração da primeira Lei Geral da Pequena Empresa, bem como por atualizações que atualmente se encontram na Casa Civil, com previsão de encaminhamento à Assembleia Legislativa.

O Sr. Ercílio ressaltou ainda, que tais avanços foram possíveis graças ao diálogo entre as entidades envolvidas, especialmente a Secretaria da Fazenda, a Secretaria da Indústria Comércio e Serviços e ao Fórum.

PAINEL DE GESTÃO 2025 – AGENDA PRIORITÁRIA

Solicitou-se aos coordenadores dos cinco Comitês Temáticos que apresentassem a agenda prioritária e relatassem o andamento das ações previstas no Painel de Gestão 2026.

1) COMITÊ TEMÁTICO DE RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA

| COMITÊ TEMÁTICO | DEMANDA | ENTREGA | INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO | RESPONSÁVEL |
|--|---|--|----------------------------|---------------------------------|
| CT1 Racionalização Legal e Burocrática | Formular a Política Estadual de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná | 1 Lei publicada | x-x | Anna Müller - SEIC |
| | Expandir os serviços atendidos dentro do Empresa Fácil, possibilitando oferecer módulos de renovação, fiscalização e regularização integrados aos sistemas de órgãos licenciadores estaduais. | Ter ao menos 2 órgãos estaduais integrados e os módulos de renovação, regularização e fiscalização funcionando no sistema Empresa Fácil até o final de 2026. | x-x | Sebastião Mota JUCEPAR |
| | Automatizar o processo de consulta prévia de endereço nos municípios do Paraná utilizando georeferenciamento ou zoneamento. | Automatizar a consulta prévia em aproximadamente 200 municípios até metade de 2026, tendo os 399 municípios automatizados até o final de 2027 | x-x | Sebastião Mota JUCEPAR |
| | Reativar o Subcomitê Estadual do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - Subcomitê CGSIM | Subcomitê operando em 2026 | x-x | Ademar moreira - SEIC |
| | Criar um núcleo com objetivo de ser o elo entre FOPEME e ALEP nas pautas de políticas públicas voltadas às micro e pequenas empresas | Núcleo criado | x-x | Aristides Mossambani - FEMPIPAR |

Ação demanda 1:

Na pauta foi muito discutida as tramitações da alteração da Lei Estadual nº 163 e da Política Estadual de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Foi relatado o histórico de tramitação e os entraves enfrentados ao longo dos últimos anos.

Informou que projeto se encontra na Casa Civil há aproximadamente 10 dias. Porém, o processo de desincompatibilização para as campanhas eleitorais e a indefinição das prioridades do governo têm impactado o andamento das propostas

Destacou que a etapa mais complexa do processo já foi superada, incluindo a participação de diversas instituições e ajustes realizados a pedido da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que já aprovou o projeto. Atualmente, o texto aguarda aprovação da Casa Civil para posterior encaminhamento à Assembleia Legislativa.

Relatou que não há prazo definido para os próximos passos. Contudo, após a nomeação dos secretários prevista para as próximas semanas, pretende agendar uma reunião para acompanhar de perto o andamento, cobrar providências e pressionar para que o projeto tramite ainda no ano de 2026.

Ação demanda 2:

Na discussão sobre a expansão de serviços no Empresa Fácil, deliberou-se sobre a integração de órgãos licenciadores estaduais aos módulos de renovação, regularização e fiscalização. A meta estabelecida é integrar pelo menos dois órgãos estaduais até o final do ano.

Foi informado que já há tratativas em andamento e expectativa de integração do primeiro órgão em breve. Atualmente, o portal permite abertura e alteração de empresas, porém processos como

renovação de licenças (ex.: Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária) ainda exigem acesso a sistemas externos, o que não é considerado intuitivo para usuários.

A Junta Comercial formalizou, no ano passado, a contratação de serviços para expansão do seu portal. Contudo, há desafios técnicos relacionados à integração com sistemas desenvolvidos pela CELEPAR, utilizados por outros órgãos licenciadores. Foi destacado que o Corpo de Bombeiros e a Vigilância Sanitária estão em processo de atualização de seus sistemas, o que deve viabilizar futuras integrações.

Informou-se que reuniões periódicas vêm sendo realizadas entre os órgãos envolvidos e a equipe técnica da CELEPAR, com o objetivo de avançar na integração e tornar o portal Empresa Fácil uma plataforma unificada de acesso aos serviços.

Por fim, foi mencionada a iniciativa de automatização do processo de consulta prévia, tema já conhecido pelos participantes e que impacta diretamente os municípios, estando em fase de desenvolvimento.

Ação demanda 3:

Quanto à automatização da consulta prévia foi apresentado o projeto de automatização da consulta prévia por georreferenciamento e zoneamento nos municípios do Paraná. A meta é automatizar aproximadamente 200 municípios até o final 2026 e atingir todos os municípios até 2027.

Destacou-se que, atualmente, há municípios no estado do Paraná que apresentam demora significativa na resposta dessas consultas, devido à dependência de análise manual por servidores.

Informou-se que a Junta Comercial realizou contratação, em conjunto com a empresa responsável pelo sistema e com o apoio do Sebrae, para implementação de um projeto de automatização desse processo nos municípios. Também foi apresentada uma plataforma de acompanhamento do projeto (Gestão Empresa Fácil), que está em processo de atualização para permitir visualização mais clara do status de cada município. A expectativa é que a nova versão seja apresentada na próxima reunião.

Por fim, foi levantada a questão do CEP rural, destacando-se que, apesar de já ter sido lançado, o tema aparenta estar sem avanços recentes, sendo sugerida a necessidade de verificação e acompanhamento de sua evolução.

Ação demanda 4:

Na pauta sobre reativação do Comitê Estadual CGSIM foi informado que as entidades já indicaram representantes. Porém aguarda-se a nomeação de novo secretário para que seja possível dar continuidade de forma mais efetiva. Destacou-se que a iniciativa é considerada prioritária e necessária para fortalecer medidas de desburocratização e melhoria do ambiente de negócios.

Ação demanda 5:

No debate acerca da articulação política e frente parlamentar, debateu-se a necessidade de maior articulação institucional com deputados e comissões da Assembleia Legislativa reforçando a necessidade de alinhamento e atuação conjunta entre as entidades representativas e os parlamentares, visando garantir maior celeridade na tramitação das pautas de interesse das micro e pequenas empresas.

Informou-se que já há articulação em andamento para a criação de um núcleo parlamentar, com o

objetivo de estabelecer um elo entre o fórum (FOPEME) e a Assembleia Legislativa. Nesse contexto, foi mencionada a atuação de representante designado pela FECOMÉRCIO PR, responsável por conduzir as tratativas, incluindo o agendamento de reuniões em gabinetes parlamentares.

Destacou ainda que muitas das demandas discutidas no fórum dependem diretamente da atuação do poder público, sendo fundamental fortalecer o relacionamento com governantes e parlamentares para viabilizar a implementação das ações propostas, inclusive com a participação de deputados nas reuniões do fórum, a fim de que possam compreender diretamente as demandas do setor.

Por fim, destacou-se a importância de ampliar a presença de instituições de apoio, como entidades representativas e organizações de fomento, junto aos municípios, promovendo capacitação, orientação e melhoria na gestão pública, com foco na desburocratização e no desenvolvimento econômico.

2) COMITÊ TEMÁTICO DE ACESSO A MERCADOS

| COMITÊ TEMÁTICO | DEMANDA | ENTREGA | INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO | RESPONSÁVEL |
|---------------------------------|---|---|---|----------------------------------|
| CT2 Acesso a Mercados | Gerar Pacto II com o TCE, na busca de incentivar as políticas e programas de compras locais e regionais para o desenvolvimento local | Pacto II aprovado junto ao TCE | Compras públicas de qualidade para a população possibilitando a contratação com os 1639.367 possíveis fornecedores Paranaenses. | Wellington de Paula - SEAP-DECON |
| | Aumentar a representatividade das MPES nas licitações municipais, por meio de KPIS ("Key Performance Indicators" - Indicador Chave de Desempenho) e OKRS ("Objective Key Results" - Objetivos e Resultados Chave) | Indicadores KPIS ("Key Performance Indicators" - Indicador Chave de Desempenho) e OKRS ("Objective Key Results" - Objetivos e Resultados Chave) implementados | Compras públicas de qualidade para a população possibilitando a contratação com os 1639.367 possíveis fornecedores Paranaenses. | Wellington de Paula - SEAP-DECON |
| | Estruturar ações para criação de Centrais de Negócios e Sociedades de Propósito Específico visando realizar negócios conjuntos | Documento com ações estruturadas aprovadas no Fórum | x-x | Aristides Mossambani - FEMPIPAR |
| | Credenciamento MEI e MPE Fomentar o processo de credenciamento de maneira que chegue ao maior número de MEIs e MPES | Credenciamento de MEIs e MPES para compras públicas | x-x | Aristides Mossambani - FEMPIPAR |
| | Incentivar e capacitar o empresário para estar apto, para participar e manter o serviço contratado com o Estado - Acompanhamento Contínuo | Mais renda e consumo dos produtos locais e incentivo para termos mais fornecedores no município | x-x | Sônia Xavier - AMIC |

Ação demanda 1:

A pauta é referente ao Pacto II com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), na busca de incentivar as políticas e programas de compras locais e regionais para o desenvolvimento local.

Cleverson Neri da SEAP iniciou a fala retomando a discussão já mencionada em reunião anterior sobre o Pacto, destacando que o Ministério Público não será ouvido nesse primeiro momento.

Foi informado que estão sendo realizados os últimos ajustes para o fechamento de agenda com o Tribunal de Contas, visando a assinatura do Pacto. O processo deverá iniciar com a avaliação da equipe técnica do Tribunal, seguida de parecer favorável para posterior assinatura.

Ação demanda 2:

Em relação à política de compras públicas e à evolução dos processos licitatórios, destacou a importância de estruturar indicadores mais diretos e objetivos, alinhados às metas da administração estadual.

Foi destacado o avanço significativo na disponibilidade e qualidade dos dados desde 2015, quando o acesso a informações era mais demorado e fragmentado.

Atualmente, os sistemas permitem maior transparência e rastreabilidade, incluindo informações sobre fornecedores e composição societária, facilitando a construção de indicadores mais precisos. Foi informado que ainda estão sendo finalizados os ajustes dos indicadores em conjunto com o SEBRAE, com previsão de validação em próximas reuniões.

Ação demanda 3:

Na pauta referente à criação de Centrais de Negócios e Sociedades de Propósito Específico, destacou-se tratar de ação já estruturada e aprovada no âmbito do Fórum, com o objetivo de viabilizar compras coletivas e ampliar a competitividade das micro e pequenas empresas.

Foi apresentada a proposta de criação de centrais de negócio, com o objetivo de permitir a compra conjunta de pequenos empresários, com posterior distribuição organizada dos produtos. Porém esse modelo exigiria adequações legais ainda inexistentes, análise de impactos tributários e definição de regras de operação e distribuição.

A proposta visa fortalecer a competitividade dos pequenos negócios, reduzindo custos de aquisição e ampliando o poder de compra coletivo, estimulando o consumo local, fortalecimento de atacadistas locais e reduziria a dependência de grandes centros de compra externos.

Foi sugerida a elaboração de um documento consolidado com propostas do fórum, reunindo diferentes contribuições para posterior análise e validação.

Ação demanda 4:

Foi retomada discussão anterior sobre ações voltadas ao aumento do número de microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas credenciadas para participação em compras públicas.

Destacou-se que, apesar das oportunidades existentes, o tema ainda é pouco compreendido pelos pequenos empresários, especialmente no momento inicial de abertura de seus negócios, quando o foco está predominantemente na produção e operação.

Foi apontado que muitos empreendedores não possuem conhecimento sobre o funcionamento das compras públicas, não visualizam o setor público como um mercado potencial e apresentam resistência ou baixa busca por capacitação, ressaltando a necessidade de mudança de mentalidade para que os empresários passem a enxergar novas oportunidades de crescimento.

Foi falado da importância da atuação conjunta com instituições de apoio, especialmente o SEBRAE, para levar capacitação até os empreendedores, inclusive em regiões mais afastadas.

Também foi ressaltado o papel das associações e do poder público local no incentivo à qualificação e ao acesso a oportunidades.

Foi apresentado o caso do município de Sarandi, com aproximadamente 150 mil habitantes com cerca de 14 mil microempreendedores (ativos e inativos).

Os dados demonstram o potencial de crescimento e a necessidade de políticas públicas e ações estruturadas para fortalecimento desse público, desde que haja interesse, capacitação e regularidade documental.

Ficou definido que será realizado levantamento das regionais atendidas pelos escritórios de compras públicas, com posterior compartilhamento das informações aos membros do fórum, visando ampliar o acesso dos empreendedores a esses serviços.

Ação demanda 5:

O objetivo da ação é incentivar e capacitar o empresário para estar apto para participar e manter o serviço contratado com o Estado.

Foi discutida a importância da regularidade fiscal e trabalhista das empresas para participação em compras públicas, incluindo aspectos como; pendências junto ao FGTS; e débitos com Receita Estadual e Federal.

Foi destacado que, embora haja entendimento da Procuradoria quanto à não retenção de pagamentos já realizados, a manutenção da regularidade é essencial para garantir a continuidade da participação dos fornecedores nos processos licitatórios.

3) TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

| COMITÊ TEMÁTICO | DEMANDA | ENTREGA | INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO | RESPONSÁVEL |
|-------------------------------------|--|--|----------------------------|--------------------------------|
| CT3 Tecnologia e Inovação | Formar profissionais especializados para atuarem juntos aos Núcleos de Inovação Tecnológica nas sedes da AGEUNI, por meio de Edital, concedendo 50 bolsas para formação de profissionais especializados nas Universidades Estaduais, com duração de 24 meses | 50 bolsistas ARIs | x-x | Marcelo Rodrigues - SETI |
| | Incentivar o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná, por meio da oferta de cursos de capacitação gerencial a Micros, Pequenos, Médios Empresários e Microempreendedores Individuais (MEIs) - PEM. | 6 cursos microcredenciais + 1 oficina "Mãos na Massa" por edição. Presencial: 840 vagas em 24 meses. EAD: 792 vagas em 24 meses. | x-x | Marcelo Rodrigues - SETI |
| | Conectividade Rural Ampliação efetiva da cobertura de internet rural e implantação de infraestrutura digital, com torres, antenas e backhaul em microrregiões de baixo IDH e alto valor agropecuário. | Conectividade implementada de acordo com plano anual estadual estabelecido | x-x | Julio Cesar de Oliveira - SEIA |
| | Realização de oficinas para análise de editais disponíveis, identificar projetos com potencial e orientar os empresários com dicas para submissão de propostas | 100% das AMPECs capacitadas | x-x | Eliane Bento - AMPEC Maringá |

Ação demanda 1:

Foram apresentados os resultados iniciais do programa de Agentes Regionais de Inovação, informando que 50 agentes atuaram em diversas regiões do estado, mapeando tecnologias nas universidades e

identificando empresas com potencial de transferência tecnológica. Foram citadas parcerias com universidades estaduais e federais, além da atuação em 38 municípios. Houve destaque para casos de apoio à legislação de inovação municipal, rodadas de negócios e encaminhamento de projetos para incubadoras. Foi ressaltado que o programa atua como ponte entre universidades e empresas, com potencial para apoiar micro e pequenas empresas. Representantes das associações manifestaram interesse em utilizar os agentes para apoiar eventos e demandas regionais, especialmente em regiões como o litoral, ressaltando a importância de maior integração com as entidades locais.

Ressaltou-se que a entrega do programa já está sendo pensada para além da formação de 50 profissionais, considerando os resultados efetivos gerados pelos bolsistas.

Foi destacado também que o prazo de encerramento do programa está previsto para dezembro de 2027. Nesse sentido, foi sugerido o ajuste da ação já em andamento, vinculando-a aos quatro eixos/indicadores apresentados, com o objetivo de melhorar a visualização e acompanhamento das entregas. Em seguida foi proposta a adoção de relatórios semestrais, permitindo a atualização contínua sobre o progresso do programa, facilitando a análise dos avanços e eventuais dificuldades.

Por fim, foi questionado sobre os resultados já apresentados pelo programa até o momento, sendo informado que houve apresentação na última reunião, embora nem todos os participantes estivessem presentes.

Ação demanda2:

Foi discutido o programa de capacitação gerencial voltado a micro e pequenas empresas, denominado Paraná Empreende Mais. Foi apresentado o novo formato do programa, coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com execução pelas universidades estaduais. O programa inclui trilhas formativas com microcredenciais em gestão, marketing, finanças, transformação digital e outros temas, além de mentorias e oficinas práticas. Foi informado que o investimento previsto é de aproximadamente 3,7 milhões de reais, com duração de 24 meses. Participantes discutiram a necessidade de acompanhamento dos resultados e de sensibilização dos empreendedores para escalarem seus negócios. Representantes das associações relataram experiências de acompanhamento de empreendedores e a dificuldade de mensurar impactos após o crescimento das empresas, destacando a importância de ações de diagnóstico estratégico e orientação contínua.

Ação demanda 3:

Foi abordada a ação de conectividade rural, com apresentação de projeto da Secretaria de Inovação e Inteligência Artificial sobre expansão de infraestrutura de telecomunicações, especialmente em áreas rurais e regiões de sombra. Foi relatada negociação com operadoras para troca de incentivos fiscais por instalação de torres, resultando na ampliação da cobertura e aumento de produtividade no agronegócio. Foi informado que há planejamento para instalação de torres próprias do estado, com estudo de modelo de concessão para operação.

Na sequência, foi levantada a possibilidade de integração do projeto de CEP rural, voltado à melhoria da logística e da entrega de serviços em áreas rurais, considerando as dificuldades enfrentadas por empresas de correio e logística no atendimento dessas localidades.

Esclareceu-se que o CEP rural constitui uma iniciativa distinta, embora relacionada ao tema da conectividade, sendo sugerida sua estruturação como uma nova ação dentro do eixo de tecnologia e

inovação, podendo, contudo, permanecer vinculada ao mesmo comitê temático.

Também foi destacado que a execução dessa ação enfrenta desafios relevantes, especialmente em função do contexto fiscal atual, com limitações na liberação de créditos tributários, impactadas pelo cenário de transição decorrente da reforma tributária.

Ação demanda 4:

Foi discutida a proposta de realização de oficinas para análise de editais e captação de recursos, conduzidas pelo Sebrae. Foi apresentado o envio mensal de boletins de oportunidades a empresários e a proposta de realização de sete oficinas presenciais regionais, com consultores especializados para orientar empresários na captação de recursos e participação em editais de inovação. Representantes das associações concordaram com a proposta, comprometendo-se a enviar datas e locais para organização das oficinas. Foi discutida também a possibilidade de atividades online para ampliar o acesso, considerando limitações de recursos e distância geográfica.

A ação visa aproximar e trazer conhecimentos e fornecer produtos e serviços ao poder público, porém muitos não possuem a qualificação necessária para participar de licitações. Nesse sentido, a proposta da ação é promover capacitação e orientação, visando preparar esses empreendedores, bem como avaliar e aprimorar suas condições de participação.

Ressaltou-se que a iniciativa também busca fomentar a criação de novos núcleos de empreendedores capacitados, inclusive com possibilidade de atuação em modelos colaborativos, como vendas coletivas, ampliando a capacidade de atendimento às demandas governamentais.

4 COMITÊ TEMÁTICO DE INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO

| COMITÊ TEMÁTICO | DEMANDA | ENTREGA | INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO | RESPONSÁVEL |
|---|--|---|--|------------------------------|
| CT4 Investimento, Financiamento e Crédito | Manter o volume de microcrédito, melhorando a performance da concessão por meio da rede de agentes de crédito. | volume de recursos de microcrédito liberados igual a 2025 | Número de empregos gerados, geração de | Gustavo Mattana - Fomento PR |
| | Criar linha de crédito voltada às empresas que participam de compras públicas | ter estudo prévio aprovado no Fórum | Volume de crédito | Gustavo Mattana - Fomento PR |
| | Continuidade e ampliação da oferta de microcrédito orientado de até R\$ 5.000,00 para MEIs, com capacitação, planejamento e apoio na elaboração de projetos com garantia solidária. | 100% das AMPECs como correspondentes da Fomento Paraná | Volume de crédito | Marcos Rocha - FAMPEPAR |
| | Fomentar o crédito para micros e mei para capital de giro e investimento para sua empresa com garantia solidária. | Quantidade de empreendedores alcançados - Quantas AMPECs | x-x | Marcos Rocha - FAMPEPAR |
| | Ter agentes de crédito remunerados nas entidades de representação. | Alcançar em torno de 200 microcrédito por Associação ao ano | x-x | Marcos Rocha - FAMPEPAR |
| | Ter uma plataforma de acesso a Crédito simplificado, para ampliar a contratação de financiamentos de micro e pequenas empresas de tickets inferiores com flexibilização de garantias | ter 50 contratos aprovados em 2026 | Volume de microcrédito | Thais Grandi - BRDE |

Ação demanda 1:

Foi apresentado o desempenho do Fomento Paraná em 2025. Na pauta foi falado que houve crescimento significativo no volume de microcrédito concedido entre 2024 e 2025, com praticamente a duplicação dos valores liberados no período. Diante disso, a discussão passou a considerar as metas para o ano de 2026.

A proposta apresentada foi a manutenção do volume de microcrédito concedido em 2025 como meta para 2026, considerando que o ano anterior foi excepcional em termos de desempenho. Ressaltou-se que essa ação deve permanecer com foco contínuo na melhoria da performance da concessão de crédito, incluindo a capacitação dos agentes envolvidos e o aprimoramento das plataformas operacionais.

Destacou-se também a evolução significativa no tempo de concessão do crédito, que passou de cerca de 30 dias, para aproximadamente dois dias úteis atualmente, evidenciando ganhos de eficiência no processo.

Durante a discussão, foi apontado que o ano de 2026, por ser um período eleitoral, pode apresentar limitações operacionais, especialmente quanto à realização de eventos, divulgação de ações e articulação com entes públicos, em função de restrições legais. Esse fator pode impactar o desempenho da concessão de crédito, justificando a proposta de manutenção do volume como meta realista.

Foi sugerido, ainda, que a meta da ação seja expressa em valores absolutos (montante de crédito concedido), prática já adotada anteriormente, possibilitando melhor mensuração dos resultados. Foi proposto também, o acompanhamento semestral das metas e resultados, com reavaliação durante plenária prevista para o mês de julho.

Ficou acordado que será apresentado o valor previsto de microcrédito para 2026, permitindo o acompanhamento do cumprimento da meta ao longo do ano, com análise percentual dos resultados alcançados.

Ação demanda 2:

Foi discutida a possibilidade de criação de uma linha de crédito destinada a empresas que participam de compras públicas, considerando o uso do empenho como garantia. Propôs-se que o fornecedor, ao obter o empenho do município, pudesse utilizá-lo para levantar crédito junto a uma instituição de fomento, com pagamento sendo direcionado diretamente a essa instituição, reduzindo riscos de inadimplência.

Destacou-se que o empenho pode ser considerado uma possível garantia, porém, atualmente, não é aceito nas políticas das instituições financeiras. Ressaltou-se que, independentemente da garantia, o tomador precisa comprovar capacidade de pagamento.

Ação demanda 3:

Foi debatida a proposta de ampliar a oferta de microcrédito orientado com valores menores (até R\$ 5 mil), com capacitação e apoio à elaboração de projetos, especialmente por meio das associações empresariais (Ampecs). Houve consenso sobre a importância de associar crédito à capacitação, planejamento e validação de plano de negócios, preferencialmente com apoio do Sebrae.

Foram discutidas diferentes opiniões sobre o modelo de garantia solidária, incluindo a possibilidade de aval entre cônjuges ou grupos de empreendedores. Representantes da Fomento enfatizaram que a renda do avalista deve ser independente do negócio financiado e que a capacitação prévia aumenta a chance de aprovação e sucesso do empreendimento.

Também foi sugerida a criação de uma trilha de capacitação padronizada antes do acesso ao crédito, envolvendo Fomento, Sebrae e associações, com definição clara de responsabilidades. Ficou indicado que a proposta ainda precisa ser detalhada e estruturada.

Ação demanda 4:

Foi discutida a proposta de microcrédito de pequeno valor (inicialmente R\$ 3.000), voltada a empreendedores informais ou de pequeno porte, como vendedores de alimentos e prestadores de serviços iniciais. A ideia central era facilitar o acesso ao crédito por meio de garantia solidária familiar (cônjuges ou parentes próximos), eliminando a necessidade de um avalista externo.

Destacou-se que essa modalidade já foi ampliada para até R\$ 5.000 e encontra-se atualmente disponível, incluindo a possibilidade de garantia entre cônjuges ou familiares, desde que estes estejam com a situação regular (sem inadimplência). Assim, concluiu-se que essa ação já está implementada e pode ser considerada como **entregue**.

Ressaltou-se a importância dessa linha de microcrédito para incentivar pequenos empreendedores, especialmente aqueles em fase inicial ou em processo de formalização (MEI), permitindo aquisição de insumos e capital de giro básico.

Além disso, foi sugerida a reorganização das ações originalmente previstas, com a divisão em duas frentes distintas:

Ação demanda 5:

Foi discutida a proposta de implantação de agentes de crédito remunerados nas entidades (AMPECs), com meta de aproximadamente 200 operações de microcrédito por associação ao ano. Contudo, destacou-se que, no momento, não há previsão de remuneração para esses agentes, principalmente devido ao baixo volume atual de operações, o que ainda não justifica esse modelo.

Como alternativa, foi sugerido fortalecer a atuação por meio de eventos de divulgação e capacitação, como lançamentos institucionais e treinamentos para microempreendedores. Nesses eventos, as entidades poderiam apresentar a atuação como agentes de crédito, ampliando o alcance das linhas disponíveis.

Foi perguntado sobre a possibilidade de apoio financeiro institucional (como patrocínio de eventos), desde que atendidos alguns critérios como: Planejamento prévio (quantidade de eventos, custos e público estimado); Previsão orçamentária anual.

Ressaltou-se que o orçamento para esse tipo de apoio é definido antecipadamente (normalmente no ano anterior) e que, em anos eleitorais, há restrições legais que limitam ainda mais os recursos disponíveis, com necessidade de aprovação até o primeiro semestre.

Também foi destacado que a demanda por patrocínios é superior ao orçamento disponível, levando à priorização de parceiros com relacionamento ativo e resultados comprovados.

Ação demanda 6:

Foi apresentada a atuação complementar entre o BRDE e demais instituições de fomento, com destaque para a utilização de uma plataforma de crédito piloto voltada a operações de pequeno e médio porte (entre R\$ 50 mil e R\$ 200 mil), além das operações diretas de maior valor.

A plataforma conta com recursos iniciais de aproximadamente R\$ 10 milhões e tem como objetivo testar um modelo mais ágil de concessão de crédito para pequenas empresas. Até o momento, foram analisados 242 pedidos, com 35 operações aprovadas e cerca de 22 em fase avançada de contratação, com meta de aproximadamente 50 contratos no ano.

Foi destacado que o produto opera com prazo de até 36 meses e carência de 6 meses, sendo estruturado como crédito de capital de giro. O risco é parcialmente mitigado por fundos garantidores (como FAMPE e FAG), cobrindo cerca de 80% das operações.

Entretanto, foi apontado um aumento da inadimplência, atualmente próximo de 15%, acima do nível usual do sistema financeiro (inferior a 1,5% no banco). Esse cenário levou à reavaliação da continuidade da plataforma, com possibilidade de pausa temporária ou revisão do modelo, especialmente considerando o impacto da inadimplência após o período de carência.

Também foi discutida a importância da seleção criteriosa dos tomadores, com foco em capacidade de pagamento, regularidade documental e qualidade da garantia, de modo a evitar distorções no sistema de crédito.

No debate, ressaltou-se que o crédito de pequeno valor pode ter grande impacto social e econômico, especialmente para microempreendedores, mas que a inadimplência compromete a sustentabilidade do sistema e encarece o crédito para todos os bons pagadores.

Por fim, concluiu-se que o tema requer análise mais aprofundada, incluindo avaliação da legislação (como a Lei Complementar 123) e da viabilidade prática da proposta, a fim de evitar esforços sem efetiva aplicação.

5 COMITÊ TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

| COMITÊ TEMÁTICO | DEMANDA | ENTREGA | INDICADOR DE TRANSFORMAÇÃO | RESPONSÁVEL |
|---|---|---|--|------------------------------|
| CT5 Educação, Formação e Capacitação EmpREENDEDORA | Desenvolver o comportamento empreendedor e qualificação profissional do público atendido pelas Agências do Trabalhador, por meio do Termo de Cooperação n° 003/2022 (vigente até 2026), celebrado entre SETR, SEIC, SENAI/SESI e SENAC/FECOMÉRCIO | Oferecer cursos gratuitos, tendo como meta vagas | Geração de renda via empreendedorismo | Suelen Glinski - SETR |
| | Formação em empreendedorismo para servidores, gestores e agentes públicos, como profissionais da área do trabalho e educação. Parceria entre: SETR, SEBRAE, ESCOLA DE GESTÃO e INPI | Inscriver 218 multiplicadores em 2025 e 2026 | Divulgação da educação empreendedora pelos participantes por meio de campanhas publicitárias e eventos | Suelen Glinski - SETR |
| | Disponibilizar aos estudantes do ensino básico cursos voltados ao empreendedorismo e propriedade industrial, em parceria entre: SETR, SEED e INPI | Divulgar material de empreendedorismo nas Escolas do PR, no âmbito do Aluno de Sucesso em 2025 e 2026 | x-x | Suelen Glinski - SETR |
| | Ter um caderno de boas práticas das ações realizadas nos territórios pelas AMPEC's, em parceria entre SETR, SEIC e AMPEC'S | Divulgar boas práticas das Ampec's nas reuniões e na página da Fopeme, em formato de caderno, bimestralmente em 2025 e 2026 | x-x | Suelen Glinski - SETR |
| | Qualificação 94h para Empreendedorismo na área da Economia Criativa (UPCICLYNG) - Alinhar Cursos com as AMPECs (PR Competitivo) | Atender 50 Cidades | x-x | Liza Fortes: SETR |
| | Desenvolver plano de ação para articular parcerias entre entidades de representação e Instituições locais para ampliar o número de empresas impactadas e clientes atendidos por meio dessas colaborações | Desenvolver um plano de ação para articular parcerias com outras Instituições do Município | x-x | Eliane Bento - AMPEC Maringá |
| | Desenvolver jovens, por meio de atividade lúdicas, comunicação assertiva, marketing digital e relacionamento, para inserção rápida desses jovens no mercado de trabalho | Quantidade de Parcerias realizadas? | x-x | Alice Dalastra - FAMPEPAR |
| | Promover conexões entre empreendedores, instituições e a comunidade para proporcionar aumento de vendas, expansão dos negócios e fortalecimento da marca | 300 possíveis empreendedores e MEIs e MPES | x-x | Eliane Bento - AMPEC Maringá |

Ação demanda 1:

Foi apresentado o histórico da parceria firmada por meio do Termo de Cooperação nº 03/2022, entre a SEIC, SETR e instituições como SENAI, SENAC e demais parceiros, destacando-se que a iniciativa teve origem no âmbito do próprio Fórum, ainda antes da pandemia. Ressaltou-se a importância do modelo de gratuidade dos cursos e o avanço das ações ao longo dos anos, incluindo a contratação de unidades móveis (carretas) para atendimento em municípios sem estrutura física e o pagamento de bolsa-auxílio aos participantes dos cursos vinculados ao programa Qualifica Paraná, estratégia que reduziu drasticamente a evasão.

Foi informado que o contrato anterior, com previsão de 18.000 vagas, está em fase final de execução, com término previsto para o final de abril. As turmas referentes ao período anterior já foram concluídas.

Destacou-se que um novo contrato está em vias de assinatura e, em breve, serão disponibilizadas novas turmas e cursos. Posteriormente, serão apresentadas informações detalhadas sobre municípios atendidos e períodos de matrícula.

Foi reforçado que a parceria existente tem apresentado resultados positivos e terá continuidade, especialmente no que se refere à formação de servidores.

Ação demanda 2:

Foi apresentada proposta de capacitação para todos os servidores das Agências do Trabalhador do estado, com início em maio e término em agosto, prevendo um evento final em novembro com toda a rede. Informou que a execução do projeto depende da aprovação do Conselho Estadual do Trabalho, especialmente em razão dos recursos provenientes do FAT para custeio de deslocamentos.

Destacou que os encontros serão realizados de forma presencial e regionalizada, visando maior interação entre os participantes. Também foi sugerida a possibilidade de participação de instituições parceiras, como INP e Sebrae, principalmente em temas relacionados ao empreendedorismo, considerando que muitos servidores atuam também como agentes de crédito.

Foi mencionada a possibilidade de apoio das instituições parceiras por meio de participação presencial, formato híbrido ou disponibilização de materiais para compor o conteúdo dos cursos. A certificação deverá ser realizada em conjunto com a Escola de Gestão.

Foi reforçado que, no ano anterior, foi realizada uma capacitação mais introdutória e que, para este ano, a proposta é de um programa mais aprofundado. Reforçou ainda a necessidade de formalização de um ACT (Acordo de Cooperação Técnica), pendente desde novembro de 2025, dependendo apenas do envio de um e-mail para prosseguimento. Informou que a instituição está disponível para colaborar, inclusive com gravação e hospedagem de conteúdos.

Ação demanda 3:

Em relação à disponibilização de cursos de empreendedorismo para estudantes do ensino básico, foi discutida a possibilidade de inclusão de conteúdos de empreendedorismo na grade curricular, incluindo temas relacionados ao INPI e materiais do SEBRAE. Foi destacado que a divulgação desses materiais pode ser realizada de forma mais simples e automática, mediante o envio dos conteúdos pelas instituições responsáveis.

Quanto à inclusão formal na matriz curricular, foi informado que há limitações devido à recente atualização curricular e à previsão de novas alterações, além da dependência de modalidade de oferta e carga horária. Assim, considerou-se mais viável, no momento, a utilização dos materiais como apoio pedagógico e de divulgação.

Foi abordada a iniciativa de elaboração de um caderno de boas práticas das ações do CT, com posterior apresentação em reuniões específicas e divulgação no site institucional. Também foi solicitado que instituições interessadas se manifestem para apresentar experiências na próxima reunião, com possibilidade de registro e publicação do material.

Ação demanda 4:

Foi apresentada a “Ação 4”, referente à elaboração de um caderno de boas práticas das ações do CT. Ficou estabelecido que, nas reuniões exclusivas do colegiado, serão realizadas apresentações dessas boas práticas, com posterior disponibilização do material no site do FOPEME.

Foi solicitado que as instituições interessadas em apresentar experiências na próxima reunião se manifestem ou encaminhem suas propostas por meio do grupo de comunicação. Também foi sugerida a mobilização dos participantes para ampliar a participação nas próximas apresentações.

Ação demanda 5:

Em relação à economia criativa e solidária, foi detalhado o andamento do programa “Bora Circular”, atualmente em fase inicial de execução, iniciado entre o final de março e início de abril. O programa prevê atendimento em 50 cidades até o final de 2026, com estrutura de cinco turmas por município, cada uma com 30 participantes, totalizando aproximadamente 150 vagas por cidade e cerca de 7.000 pessoas atendidas ao final do projeto.

As primeiras cidades contempladas incluem Pinhais, Araucária, Colombo, Carambeí, Curitiba, Mandaguçu, Marialva, São José dos Pinhais, Castro e Ponta Grossa. Será disponibilizada planilha com detalhamento dos locais e cronograma das turmas.

Foi explicado que o programa “Bora Circular” tem como bases práticas de economia circular, envolvendo o reaproveitamento de resíduos industriais, como cintos de segurança, uniformes e lonas, que são transformados em novos produtos, como bolsas e sacolas. Esse processo reduz custos de descarte/incineração para as empresas e gera valor agregado por meio da reutilização dos materiais.

Também foi mencionado que os produtos resultantes podem retornar ao mercado, inclusive com geração de renda e valorização da iniciativa, com destaque para parcerias com empresas e ações de divulgação do projeto.

Ações – Demandas 6, 7 e 8:

Foi apresentada a proposta de desenvolvimento de um plano de ação para articulação de parcerias entre entidades de representação e instituições locais, com o objetivo de ampliar o número de empresas impactadas e clientes atendidos por meio dessas colaborações.

O plano também prevê o fortalecimento da cooperação entre instituições do município, visando integrar e potencializar ações já existentes, evitando a fragmentação de esforços e melhorando a efetividade das capacitações ofertadas.

Foi destacado que há diversas iniciativas e formações em andamento, porém nem sempre há ampla divulgação ou integração entre os atores envolvidos. Assim, a proposta busca promover maior comunicação e articulação entre instituições, permitindo melhor aproveitamento das ofertas de cursos e capacitações.

Também foi retomada discussão anterior, realizada em reuniões no SEBRAE, sobre a articulação de ações voltadas à integração de empreendedores, com foco na criação de uma espécie de central de negócios. A proposta envolve aproximar empreendedores para facilitar a venda conjunta de produtos, divulgação integrada e fortalecimento de redes de cooperação.

Foi abordada também, a necessidade de apoio aos pequenos empreendedores em temas como registro de marca, patente e formalização de negócios, considerando a falta de conhecimento e acesso a esses processos por parte desse público.

Nesse contexto, foi destacada a importância de estruturar um pacote de soluções formativas que contemple desde a criação da identidade do negócio (como marca e logotipo), passando por gestão financeira (incluindo fluxo de caixa), desenvolvimento comercial e gestão empresarial de forma geral.

Foi sugerida a construção de uma jornada estruturada de capacitação voltada aos empreendedores, com o objetivo de oferecer formação contínua e prática desde o início do negócio, integrando diferentes etapas do desenvolvimento empresarial.

Também foi mencionado que parte dessas soluções já pode existir em instituições como o SEBRAE, sendo importante mapear conteúdos e iniciativas já disponíveis para possível integração em uma trilha formativa unificada e gratuita.

Encerrada a exposição das ações do CT5 e esgotada a pauta, a sessão foi finalizada com agradecimentos aos participantes.

**LISTA DE PRESENÇA DA 13ª REUNIÃO DOS COMITÊS TEMÁTICOS - 08 E 09 DE ABRIL DE 2026
CT1 RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA**

| INSTITUIÇÃO INTEGRANTE | NOME | ASSINATURA |
|-------------------------------|----------------------------------|-------------------|
| SEIC | ADEMAR DO CARMO MOREIRA | PRESENTE |
| FAMPEPAR | ADEMIR LODIS | PRESENTE |
| FECOMÉRCIO | ALBERTO FRANCO SAMWAYS | PRESENTE |
| FAMPEPAR | ALICE DALASTRA FREITAG | PRESENTE |
| API | ANDREA GORDYZ | PRESENTE |
| SEIC | ANNA PAULA MÜLLER | PRESENTE |
| FEMPIPAR | ARISTIDES MOSSAMBANI | PRESENTE |
| SEIC | BIANCA LEMOS | PRESENTE |
| FAMPEPAR | CARLOS ALBERTO CARVALHO | PRESENTE |
| FAMPEPAR | CLAUDIA DOS SANTOS | PRESENTE |
| SEIC | CRISTIANE FREITAS CARVALHO | PRESENTE |
| FAMPEPAR | ELIANE APARECIDA MARTINS | PRESENTE |
| AMPEC MARINGÁ | ELIANE BENTO | PRESENTE |
| CONAMPE | ERCÍLIO SANTINONI | PRESENTE |
| SESCAP | EUCLIDES LOCATELLI | PRESENTE |
| SEIC - Apoio | FÁBIO HENRIQUE DE AQUINO FREITAS | PRESENTE |
| JUCEPAR | FERNANDA LIANNA WILL | PRESENTE |

**LISTA DE PRESENÇA DA 13ª REUNIÃO DOS COMITÊS TEMÁTICOS - 08 E 09 DE ABRIL DE 2026
CT1 RACIONALIZAÇÃO LEGAL E BUROCRÁTICA**

| INSTITUIÇÃO INTEGRANTE | NOME | ASSINATURA |
|-------------------------------|------------------------------|-------------------|
| SEPL | GBRIEL BESSA DO N. OLIVEIRA | PRESENTE |
| AMPEC GUARATUBA | GISELE MAGUISKI | PRESENTE |
| FAEP | JEFREY K. ALBERS | PRESENTE |
| SEIC | LEONARDO PACHECO | PRESENTE |
| SEBRAE | LEONICE ANDRADE | PRESENTE |
| SEIA | LUIZ ANTONIO HUNIKA | PRESENTE |
| FAMPEPAR | MARCO ANTONIO BUENO DA ROCHA | PRESENTE |
| FOPEME | PAULO FREITAS | PRESENTE |
| FAMPEPAR | SILÉIA APARECIDA KANZLER | PRESENTE |
| FAMPEPAR | SILVANA RIBEIRO PEREIRA | PRESENTE |
| AMPEC MARINGÁ | SIUMARA LUCAS GOMES | PRESENTE |
| AMPEC SARANDI | SONIA MOSSAMBANI | PRESENTE |
| SEFA | YUKIHARU HAMADA | PRESENTE |

**LISTA DE PRESENÇA DA 13ª REUNIÃO DOS COMITÊS TEMÁTICOS - 08 E 09 DE ABRIL DE 2026
CT2 - ACESSO A MERCADOS**

| INSTITUIÇÃO INTEGRANTE | NOME | ASSINATURA |
|-------------------------------|---------------------------------|-------------------|
| SEIC | ADEMAR DO CARMO MOREIRA | PRESENTE |
| FAMPEPAR | ADEMIR LODIS | PRESENTE |
| FAMPEPAR | ALICE DALASTRA FREITAG | PRESENTE |
| FEMPIPAR | ARISTIDES MOSSAMBANI | PRESENTE |
| SEIC | BIANCA TEMOS | PRESENTE |
| FAMPEPAR | CARLOS ALBERTO CARVALHO | PRESENTE |
| SEAP | CELVERSON NERI MACHADO DA SILVA | PRESENTE |
| FAMPEPAR | CLAUDIA DOS SANTOS | PRESENTE |
| FAMPEPAR | ELIANE APARECIDA MARTINS | PRESENTE |
| AMPEC MARINGÁ | ELIANE BENTO | PRESENTE |
| SEACAP-PR | EUCLIDES LOCATELLI | PRESENTE |
| FAEP | JEFREY ALBERS | PRESENTE |
| PAMPEPAR | JOÃO PAULO RUVIRA TONETI | PRESENTE |
| SEBRAE | LEONICE ANDRADE | PRESENTE |
| SEIC - Apoio | MAGIERSKI | PRESENTE |
| FAMPEPAR | MARCO ANTONIO BUENO DA ROCHA | PRESENTE |
| FOPEME | PAULO REITAS | PRESENTE |



FÓRUM PERMANENTE
DAS MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
DO ESTADO DO PARANÁ



LISTA DE PRESENÇA DA 13ª REUNIÃO DOS COMITÊS TEMÁTICOS - 08 E 09 DE ABRIL DE 2026
CT2 - ACESSO A MERCADOS

| INSTITUIÇÃO INTEGRANTE | NOME | ASSINATURA |
|------------------------|--------------------------|------------|
| FECOMÉRCIO- PR | RODRIGO BUZATO | PRESENTE |
| FAMPEPAR | SILÉIA APARECIDA KANZLER | PRESENTE |

LISTA DE PRESENÇA DA 13ª REUNIÃO DOS COMITÊS TEMÁTICOS - 08 E 09 DE ABRIL DE 2026
CT3 - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

| INSTITUIÇÃO INTEGRANTE | NOME | ASSINATURA |
|------------------------|----------------------------|------------|
| SEIC | ADEMAR DO CARMO MOREIRA | PRESENTE |
| AMPEC MORRETES | ADEMIR LODIS | PRESENTE |
| AMPEC PONTAL PR | ALICE DALASTRA FREITAG | PRESENTE |
| API | ANDREA GORDYA | PRESENTE |
| SEIC | ANNA PAULA MÜLLER | PRESENTE |
| FEMPIPAR SARANDI | ARISTIDES MOSSAMBANI | PRESENTE |
| MONAMPE MARINGÁ | CARLOS ALBERTO CARVALHO | PRESENTE |
| INPI | CASSANDRA C. DE MEDEIROS | PRESENTE |
| AMPEC PARANAGUÁ | CLÁUDIA DOS SANTOS | PRESENTE |
| SEIC | CRISTIANE FREITAS CARVALHO | PRESENTE |
| INPI | DOUGLAS ALVES SANTOS | PRESENTE |
| AMPEC MARINGÁ | ELIANE BENTO | PRESENTE |
| AMPEC VALE DO RIBEIRA | ELIANE MARTINS | PRESENTE |
| SEIC | GABRIEL BESSA N. OLIVEIRA | PRESENTE |
| AMPEC GUARATUBA | GISELE MARIA MAGIERSKI | PRESENTE |
| AMPEC PARANAÍ | JOÃO PAULO R TONETI | PRESENTE |
| SEBRAE | LEONICE ANDRADE | PRESENTE |

LISTA DE PRESENÇA DA 13ª REUNIÃO DOS COMITÊS TEMÁTICOS - 08 E 09 DE ABRIL DE 2026
CT3 - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

| INSTITUIÇÃO INTEGRANTE | NOME | ASSINATURA |
|------------------------|--------------------------------|------------|
| SETI | MARCELO RODRIGUES DA SILVA | PRESENTE |
| FAMPEPAR PONTAL PR | MARCO ANTONIO BUENO DA ROCHA | PRESENTE |
| SEBRAE | PAULO ROBERTO FREITAS DA SILVA | PRESENTE |
| FECOMÉRCIO | RODRIGO AFONSO SCHMIDT | PRESENTE |
| AMPEC MATINHOS | SILÉIA APARECIDA KANZLER | PRESENTE |
| AMPEC MARINGÁ | SIUMARA LUCAS GOMES | PRESENTE |
| SEBRAE | TALITA GOULART DIS SANTOS | PRESENTE |
| SEIA | TATIANA DIAS DA CUNHA | PRESENTE |

**LISTA DE PRESENÇA DA 13ª REUNIÃO DOS COMITÊS TEMÁTICOS - 08 E 09 DE ABRIL DE 2026
CT4 - INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E CRÉDITO**

| INSTITUIÇÃO INTEGRANTE | NOME | ASSINATURA |
|-------------------------------|------------------------------|-------------------|
| AMPEC SARANDI | SONIA MOSSAMBANI | PRESENTE |
| SEIC | ADEMAR DO CARMO MOREIRA | PRESENTE |
| FAMPEPAR | ADEMIR LODIS | PRESENTE |
| FAMPEPAR | ALICE DALASTRA FREITAG | PRESENTE |
| FEMPIPAR | ARISTIDES MOSSAMBANI | PRESENTE |
| SEIC | BIANCA LEMOS | PRESENTE |
| FAMPEPAR | CARLOS ALBERTO CARVALHO | PRESENTE |
| FAMPEPAR | CLAUDIA DOS SANTOS | PRESENTE |
| SEIC | CRISTIANE FREITAS CARVALHO | PRESENTE |
| FAMPEPAR | ELIANE APARECIDA MARTINS | PRESENTE |
| AMPEC MARINGÁ | ELIANE BENTO | PRESENTE |
| SEIC | FABIO HENRIQUE FREITAS | PRESENTE |
| FOMENTO | GUSTAVO DUDA MATTANA | PRESENTE |
| FAMPEPAR | JOÃO TONETI | PRESENTE |
| SEBRAE | LEONICE ANDRADE | PRESENTE |
| FAMPEPAR | MARCO ANTONIO BUENO DA ROCHA | PRESENTE |
| FOPEME | PAULO FREITAS | PRESENTE |

**LISTA DE PRESENÇA DA 13ª REUNIÃO DOS COMITÊS TEMÁTICOS - 08 E 09 DE ABRIL DE 2026
CT5 - FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA**

| INSTITUIÇÃO INTEGRANTE | NOME | ASSINATURA |
|------------------------|---------------------------------|------------|
| SEIC | ADEMAR DO CARMO MOREIRA | PRESENTE |
| AMPEC MORRETES | ADEMIR LODIS | PRESENTE |
| FIEP | ADRIANO ALMEIDA SANTOS | PRESENTE |
| AMPEC PONTAL PR | ALICE DALASTRA FREITAG | PRESENTE |
| FEMPIPAR SARANDI | ARISTIDES MOSSAMBANI | PRESENTE |
| SEIC | BIANCA LEMOS | PRESENTE |
| SEED | BRUNA NALEPA | PRESENTE |
| INPI | CASSANDRA CARNEIRO DE MEDEIROS | PRESENTE |
| AMPEC PARANAGUÁ | CLÁUDIA DOS SANTOS | PRESENTE |
| SEIC | CRISTIANE FREITAS | PRESENTE |
| INPI | DOUGLAS ALVES SANTOS | PRESENTE |
| AMPEC MARINGÁ | ELIANE BENTO | PRESENTE |
| AMPEC VALE DO RIBEIRA | ELIANE MARTINS | PRESENTE |
| SEIC | FÁBIO ENRIQUE DE AQUINO FREITAS | PRESENTE |
| AMPEC GRANDE CURITIBA | GIANFRANCO TONIOLO DE SOUZA | PRESENTE |
| AMPEC GUARATUBA | GISELE MARIA MAGIERSKI | PRESENTE |
| SETI | GLEYCIANNE RODRIGUES ARAÚJO | PRESENTE |

LISTA DE PRESENÇA DA 13ª REUNIÃO DOS COMITÊS TEMÁTICOS - 08 E 09 DE ABRIL DE 2026
CT5 - FORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

| INSTITUIÇÃO INTEGRANTE | NOME | ASSINATURA |
|------------------------|-------------------------------------|------------|
| AMPEC PARANAÍ | JOAO PAULO R TONETI | PRESENTE |
| SEBRAE | LEONICE ANDRADE | PRESENTE |
| SETR | LIZA MARIE FORTES | PRESENTE |
| FAMPEPAR PONTAL PR | MARCO ANTONIO BUENO DA ROCHA | PRESENTE |
| SEBRAE | PAULO ROBERTO FREITAS DA SILVA | PRESENTE |
| AMPEC MATINHOS | SILÉIA AP. SANTOS | PRESENTE |
| AMPEC MARINGÁ | SIUMARA LUCAS GOMES | PRESENTE |
| AMPEC SARANDI | SONIA MOSSAMBANI | PRESENTE |
| SETR | SUELEN GLINSKI RODRIGUES DOS SANTOS | PRESENTE |